

► **Informações Básicas**

Texto do Discurso

O SR. WALDECK – Sr. Presidente, Deputado André Ceciliano, que agrega muito valor ao nosso discurso quando os comenta ao final da nossa intervenção, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos assistem nas galerias, pela TV Alerj, pelas redes sociais, imprensa, trabalhadores e trabalhadoras desta Casa, antes de entrar no assunto principal que me traz à tribuna nesta Sessão, quero fazer três notas rápidas.

A primeira nota diz respeito a um Veto aqui votado. Não quis me pronunciar antes, uma vez que havia muito Veto ainda a ser apreciado, mas quero me expressar agora de maneira jubilosa pelo Veto, portanto, pela manutenção do Projeto que preserva, que ajuda, que oferece incentivos à pesca artesanal, esse setor da atividade econômica popular que vem sofrendo muitos *handicaps*, muitos ataques. A concessão de incentivo tributário é para a compra de barcos de pequeno porte. É uma ajuda importante ao setor.

Permito-me aqui fazer uma saudação muito especial aos pescadores artesanais, meus amigos de Itaipu, da Ilha da Conceição e de Jurujuba no município de Niterói.

Como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Economia Popular e Solidária, não queria deixar de me pronunciar em apreço e em favor dessa importante matéria.

Numa segunda nota rápida, quero me pronunciar sobre a importante audiência pública realizada, ontem, na Comissão de Educação, quando recebemos toda a nova direção que se instala, que vai chegando, da Fundação de Apoio à Escola Técnica, Faetec. Esteve aqui o Presidente Wagner Victer, que é um gestor conhecido há muito tempo no Estado do Rio de Janeiro. Foi por oito anos Secretário de Energia, por oito anos Presidente da Cedae e, agora, chega à Faetec, com um desafio muito grande.

A Faetec cumpre um papel estratégico na formação de quadros técnicos no Rio de Janeiro. Discutimos muito os vários problemas, que não são da gestão do Wagner Victer, evidentemente, porque acabou de chegar, mas que ele herda, problemas de grande porte. Eu não vou me alongar, mas quero ressaltar três aspectos.

O primeiro aspecto é aquele relacionado ao congelamento do plano de cargos e salários dos trabalhadores da Faetec, já consagrado em lei estadual, mas que

ainda não teve regulamentação que permitisse que o plano pudesse ter pleno efeito, particularmente no que tange à progressão funcional desses trabalhadores. E o Presidente Wagner Victor, ontem, na Comissão, assumiu o compromisso de que até o dia 20 de maio, aproximadamente, encaminhará a regulamentação do plano de cargos desses trabalhadores.

O segundo ponto, que preocupa todos nós, Deputados e Deputadas, é o fato de que 28 de maio é a data em que expira o prazo fixado pela Justiça para a interrupção, Deputada Lucinha, dos profissionais contratados, professores, em grande parte dos casos. Nesse sentido, muito nos preocupa a possibilidade de que até o final do mês de maio a Faetec não encontre uma solução duradoura, porque poderemos ter interrupção nas atividades letivas em várias unidades da rede Faetec em todo Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente Wagner Victor disse que não há banco de concursados que dê conta dessa substituição. É preciso, portanto, que se planeje, no mais curto espaço de tempo, concurso público para que professores possam, entrando pela porta da frente, e sem demérito aos que lá estão contratados, pois são quadros do maior valor, pela porta do concurso público, de maneira efetiva, permanente, fazendo carreira naquela instituição.

O terceiro ponto é o relacionado ao plano estratégico de expansão da Faetec para os próximos anos. Nós sabemos que a Faetec atua no campo da educação profissional regular, no campo do ensino superior, ISTs e ISEs, e atua também no campo da qualificação profissional, e particularmente nesse caso por meio dos Centros Vocacionais Tecnológicos – CVTs.

No entanto, o que dissemos, e quero repetir aqui da tribuna, é que o eixo principal, penso eu, da ação da Faetec não são os CVTs, mas são os cursos técnicos regulares, que preparam de maneira mais qualificada, mais plena, mais aceitável para o mercado de trabalho os nossos adolescentes e jovens.

Em detrimento da criação, por vezes com base em critérios político-eleitorais e não outros, como a criação de CVTs para cima e para baixo, talvez fosse melhor estruturar muito bem essa rede de formação profissional técnica que a Faetec dispõe, além de enfrentar os vários problemas de manutenção, de depredação, de precarização que muitas de suas unidades, ontem, representadas na audiência, apresentaram e manifestaram. E algumas instituições são tradicionalíssimas da rede Faetec, como o Instituto Superior de Educação, na rua Mariz e Barros; como a Escola Técnica Visconde de Mauá, em Marechal Hermes, enfim, uma série de unidades classíssimas da Rede Faetec que enfrentam situações muito difíceis sob o ponto de vista da sua infraestrutura de funcionamento.

Outra nota breve, embora a anterior não tenha sido tão breve assim, é que hoje houve a segunda reunião ordinária da CPI do *crack*. A Deputada Lucinha dela participa e é bem ativa.

Hoje, Deputada Lucinha e Deputado Flávio Bolsonaro, começamos a estruturar a forma de organização do relatório da CPI, os eixos principais que deverão ser: o primeiro relacionado à construção de um quadro diagnóstico sobre a situação do *crack* no Rio de Janeiro. Aliás, na última reunião, a Deputada mencionou esse aspecto que muito nos espanta, que é a falta de informação, a falta de dados sistematizados sobre este que é um dos problemas mais graves que atinge o Rio de Janeiro e o Brasil. Então, o primeiro eixo é a construção de um quadro informativo que nos possa dar um panorama minimamente abalizado e fundamentado da situação do *crack* no Rio de Janeiro.

O segundo eixo é a prevenção. Tentar mapear quais são as iniciativas, as medidas que vêm sendo adotadas no Estado do Rio de Janeiro no campo da prevenção.

O terceiro eixo é o acolhimento social e a atenção especializada em saúde aos usuários que são atendidos pelas unidades estaduais ou conveniadas.

E o quarto eixo é a reinserção. Em que medida esses usuários podem ser reinseridos na sociedade, nas atividades sociais, profissionais, familiares etc.

Então, hoje, tivemos uma reunião de caráter mais organizativo. Foi importante porque começamos a tocar nesses eixos que podem estruturar não só o trabalho da Comissão, mas também a própria feitura, a própria preparação do relatório final.

Isso dito, Sr. Presidente, quero, na verdade, e dando sequência à introdução do discurso feito pelo Deputado Comte Bittencourt, falar um pouco da questão da terceirização e do Projeto de Lei 4.330, que infelizmente vai prosperando no Congresso Nacional. Primeiramente, quero dizer que, no meu entendimento, a agenda da terceirização instituída por esse Projeto não é um fato isolado no Congresso Nacional, e não é um fato isolado na Câmara dos Deputados.

Na verdade, o Projeto de Lei, que não institui, mas amplia, alarga, as possibilidades de terceirização nas relações de trabalho no Brasil está dentro de uma agenda muito conservadora e que vai ganhando cada vez mais peso dentro do Congresso Nacional e em particular na Câmara dos Deputados. A esse Projeto se associa, no contexto dessa agenda conservadora, o Projeto que disciplina e que pretende reduzir a responsabilidade penal – do qual nós já tratamos aqui; o projeto que tenta proibir a demarcação de terras indígenas, para preservar esses povos tradicionais do Brasil; e também a tentativa de

flexibilizar o Estatuto do Desarmamento, permitindo um uso mais indiscriminado de armas por parte do cidadão. Portanto, é uma agenda muito conservadora na qual se insere o Projeto que estende os tentáculos da terceirização.

Quero, aqui, dizer que o Projeto não institui a terceirização, mas o alastra, permitindo que ela atinja inclusive as chamadas atividades finalísticas das organizações, das empresas públicas e privadas. Como já foi dito aqui, uma escola, no limite, poderá contratar professores de forma terceirizada, um hospital poderá contratar médicos e enfermeiros de forma terceirizada. É difícil discernir, em várias instituições, qual é exatamente o limite, a fronteira que separa atividade-meio de atividade-fim, sem falar das perdas que os trabalhadores terão; sem falar dos riscos de desemprego; sem falar da impossibilidade de uma relação mais direta entre o trabalhador e o empregador para mediar, para encontrar soluções pactuadas nas relações de trabalho. Portanto, quero ressaltar a nossa preocupação com o avanço dessa agenda. Há manifestações espocando em todo o Brasil, pressionando, inclusive, o Congresso Nacional, que teve recuar, retirar de pauta, adiar a votação.

Quero ressaltar a nossa posição, quero endossar a posição da bancada do Partido dos Trabalhadores, na Câmara dos Deputados, que tem se posicionado de maneira frontalmente contrária à ampliação da terceirização nas relações de trabalho e lembrar que este não é um episódio isolado na discussão da agenda do Congresso Nacional, mas está inserida no contexto de uma agenda conservadora, talvez a mais conservadora dos últimos tempos na Câmara Federal, na Câmara dos Deputados. Portanto, minha solidariedade ao movimento dos trabalhadores, ao movimento das Centrais dos Trabalhadores, dos movimentos sociais, dos movimentos sindicais, que têm ido à luta nas ruas, nas praças de todo o País, tentando defender os seus direitos, tentando evitar que a CLT possa ser rasgada, do jeito que pode acontecer com esse projeto que retrocede muito nas relações de trabalho do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Fonte:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/8b99ca38e07826db032565300046fdf1/7b507b43e872da6183257e29007b886b?OpenDocument&Highlight=0,pesca>